

EDITORIAL

Estágio curricular no espaço de Educação e as suas resistências

O estágio curricular que faz parte do currículo das Licenciaturas no Brasil, garantido legalmente pela Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008, representa uma importante etapa para a formação inicial docente, tendo em vista o estabelecimento de vínculos entre a pessoa discente em parceria com a pessoa docente que a recebe na escola, além do rompimento como latifúndio academicista que constrói muros entre a ciência e o povo.

Quando estudantes das licenciaturas saem do espaço da universidade, carregam consigo, fisicamente, a si próprias e a pessoa docente responsável pelo componente curricular, obrigando a universidade, enquanto instituição, a entrar em contato direto com a comunidade a qual ela faz parte e sobre a qual ela pesquisa.

Acreditamos que aqui resida uma das principais funções do estágio curricular, que se refere em dizer para os cursos aos quais são vinculados que formação para atuar no espaço escolar ultrapassa a concepção técnica de uma ou outra disciplina do currículo básico, haja vista que as ações didático-pedagógicas são permeadas além das suas próprias questões técnicas, também por relações intersubjetivas que exigem constante análise da condição sobre aquilo que o currículo prevê e também sobre o que não prevê.

Neste sentido, o que resvala precisa nos permitir, docentes ou não, refletir sobre o que e como estamos fazendo, pois, se de um lado temos aquela pessoa que estagia iniciando a sua experimentação com a docência no espaço escolar, contamos do outro lado com quem um dia também esteve nesse estágio inicial, e que carrega hoje a importância da experiência a ser compartilhada. Experiência essa que não se encerra em si, mas, que ao permitir o estágio em suas turmas, também passa por um processo formativo dialógico (FREIRE, 2018), em que o aprendido se configura como uma composição entre os sujeitos envolvidos no processo.

Ao mesmo tempo, falar em aprendizagem exige entender que só é possível mediante a pluralidade de concepções teórico-científicas, contanto que respeitem os Direitos Humanos. Caso não, sequer tem condições de ser situado como ciência, e menos ainda como conhecimento. Nesse primeiro quartel do século XXI, marcado por ascensões fascistas por todo o mundo, precisamos deixar estabelecido que formar pessoas na Educação Superior e

ocupar o espaço escolar implica em contribuir para o aprimoramento dos Direitos precípuos para a nossa existência enquanto sociedade, e dos quais não abrimos mão.

Dessa forma, os trabalhos que compõem o presente Dossiê, organizado pelo Prof. Me. Júnio Hora, refletem questões sobre o contato da universidade com a escola enquanto representação da comunidade; bem como das situações voltadas para a formação inicial docente e seus desafios e; a permeabilidade que existe na Educação em prol da pluralidade de concepções científicas que respeitem os Direitos Humanos.

Assim, a Revista Pró-Discente reforça o seu compromisso com a democracia ao trazer em seu corpo textos que dialogam com a pluralidade que compõem os distintos espaços de Educação, e com as problemáticas que abarcam, que refletem e se relacionam aos contextos teóricos desenvolvidos dentro da sala de aula e suas experiências no campo do estágio.

A organização que segue se inicia pelo texto “A formação docente por meio do estágio supervisionado: notas de uma experiência”, escrito por Brenda de Almeida Rodrigues, Júnio Hora e Eliane Telles de Bruim Vieira, e tratam do Estágio Supervisionado em História no Centro de Atendimento ao Surdo do Espírito Santo, localizado na capital do estado, a cidade de Vitória. No referido debatem a formação inicial docente de História em meio à diversidade de outras disciplinas do currículo básico, bem como do ensino da LIBRAS em um espaço de Educação que trabalha contribuindo com os conhecimentos escolares.

No trabalho “Entre teoria e prática pedagógica no Ensino Fundamental Experiências de estágio no ambiente escolar” Débora dos Santos Alves, Viviane Cabral de Souza, Sergio Athayde debatem o encontro das estagiárias com docente no espaço escolar, e abordam as distintas funções que o espaço de escolarização exige dos profissionais que atuam na escola, em que discutem a relação entre os conteúdos trabalhados em sala de aula e as singularidades dos sujeitos que compõem este espaço.

Já o texto “Estágio Curricular: Observações e experiências discentes”, escrito por Queila dos Santos de Meneses, a autora apresenta uma reflexão sobre questões que permearam a realidade vivenciada junto ao estágio em História numa escola técnica de nível médio da cidade de Vitória-ES, tendo como referencial teórico os apontamentos pedagógicos de Paulo Freire, e as complementações de Martins (2010) com a Teoria da Autodeterminação. Texto oriundo dos relatórios finais de estágios, apontando, conforme a autora, que a disciplina de

Estágio Obrigatório permite aos sujeitos em formação um espaço, no qual a teoria e a prática se complementem no campo empírico que é a sala de aula.

Em “Estágio Supervisionado em História: dos caminhos e possibilidades do ensino de História como ferramenta transformadora da realidade” Julyano Vialli e Caio Magalhães apresentam uma discussão sobre a experiência proporcionadas pelas disciplinas de Estágio Supervisionado em História e as teorias de Paulo Freire, Marcos Cesar de Freitas e Stuart Hall. Propõem uma reflexão sobre a responsabilidade histórico-social do docente em História, discutindo a necessidade de uma sensibilidade historiográfica frente a atual conjuntura que considere a possibilidade transformadora das práticas educativas com uma educação pública universal, gratuita, laica e socialmente referenciada.

No artigo de opinião intitulado “(Form)ações para uma educação plural: em foco o Programa Gênero e Diversidade na Escola” Andre Luiz Coutinho Vicente apresenta uma análise sobre o Programa Gênero e Diversidade na Escola ofertado pelo Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ), contrastando com a realidade brasileira e propõe pensar sobre a formação continuada de professores para atuarem em uma educação inclusiva, democrática ligada às questões de gênero e sexualidades.

O texto “O estágio supervisionado e a construção da identidade docente: contribuições para a formação inicial e a prática do ensino de Química” Rafael Almeida de Freitas, Alcione de Almeida Alves, Pedro José Garcia Júnior, Manoel Augusto Polastreli Barbosa apresentam um debate sobre as contribuições e impactos formativos de um estágio supervisionado do curso de licenciatura em Química realizado em uma escola de Ensino Médio da rede pública do estado do Espírito Santo. Evidenciam a relevância da integração entre os distintos sujeitos do processo de Educação, considerando o ensino de Química e as relações subjetivas entre as questões técnicas.

Enquanto no texto “O medo da docência e as estratégias de superação no Estágio Supervisionado em História” Luiza Dutra Rodrigues, Mariana Dall Orto, Meryhelen Quiuqui debatem sobre o primeiro contato com o espaço escolar, referindo-se à importância das discentes do estágio e sua inexperiência e as contribuições da professora de História que as recebeu, analisando as estratégias de ensino como tal e também como contribuição para a formação inicial das futuras professoras de História.

No artigo “Psicologia, gêneros e sexualidades na escola: Perspectivas críticas em Psicologia Escolar” Rebeca Valadão Bussinger, Roberta Scaramussa da Silva, Roziene Castro Mota Araújo e Valéria Sousa Santos apresentam duas experiências de intervenção realizadas em escolas públicas na cidade de Teixeira de Freitas, extremo sul baiano, sob o enfoque da intervenção de práticas da Psicologia. Ambos os projetos partiram do compromisso de falar sobre silenciamentos e amordaças no espaço escolar assumindo um fazer ético, político e crítico em torno dos debates sobre gêneros e sexualidades.

No texto “Religiões afro brasileiras no contexto escolar: Uma análise numa escola pública do Rio Grande do Sul”, Evandro Ricardo Guindani, Laís de Ávila Soares, Yáscara Koga Guindani nos trazem uma análise sobre a percepção de professores e alunos de uma escola pública acerca das religiões de matriz africana presentes no Brasil. Identificam no estudo a presença da intolerância religiosa em relação às religiões afro, bem como a falta de uma abordagem mais aprofundada sobre essas religiões nos currículos da escola.

No artigo “Um debate ainda necessário: um estudo de caso sobre a formação e prática docente sobre gênero e sexualidade” Letícia Campagnolo Cavalheiro apresenta considerações relevantes sobre o que tem sido trabalhado quando o assunto é Gênero e Sexualidade na escola. O estudo foi realizado com professores de uma escola da rede estadual de Pelotas-RS, e busca compreender por meio das políticas educacionais como essas discussões foram pautas dentro da escola e posteriormente retiradas, fortalecendo discursos de ódio e legitimando a violência de gênero.

Ainda que os estágios tenham ocorrido em período anterior ao contexto de pandemia que vivemos com a COVID-19, têm em sua importância as análises produzidas sobre a urgência dos debates científicos que venham a ser cada vez mais popularizados. E, neste ano de 2020, que ficará tristemente marcado pelas irresponsabilidades políticas e de negação da ciência, precisamos pontuar aqui estas problemáticas.

A suspensão das atividades presenciais no Brasil, devido à Pandemia, foi agravada com a falta de protagonismo do Governo Federal no enfrentamento à essa doença. Os estados e Municípios se viram condicionados a tomar ações isoladas e desarticuladas que culminaram na adoção de estratégias de educação remota, sem que houvesse tempo e espaço para o planejamento e conhecimento das experiências de aprendizagem a partir dessa nova

modalidade. Lamentavelmente numa sociedade injustamente pautada na suposta meritocracia, muitos ficarão para trás.

Além disso, a total inércia do Ministério da Educação em assumir uma ação coordenadora, redistributiva e supletiva das políticas educacionais desarticulou ainda mais as ações no território nacional, ampliando consideravelmente as desigualdades socioeconômicas, culturais, de cor, de raça e de gênero, das quais os textos abordam.

Então, fazemos o convite para que o/a leitor/a possa desfrutar dos trabalhos aqui publicados, com vistas em que possamos cada vez mais contribuir em conjunto para uma sociedade que respeite a ciência e para que o inverso ocorra, de modo que compreendamos os estágios como parte deste processo.

Prof. Me. Júnio Hora¹

Prof. Pedro Paulo Pimenta²

¹ Professor no Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Viana. Atuação como docente substituto de Ensino de História na Universidade Federal do Espírito Santo (2018-2019). Estudante de Doutorado (Bolsista CAPES/UFES/2018-2022) e Mestre em Educação pela Universidade do Federal do Espírito Santo (Bolsista FAPES/UFES - 2017). Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB - DEDC X - 2013). Licenciatura Plena em História pela Universidade Anhanguera - Campus Taboão da Serra (Bolsista integral-PROUNI-SP - 2009). Desenvolve pesquisas em Ensino, Investimento em Educação, Legislações e Políticas Públicas da Educação Especial na Educação Básica e Superior.

² Editor-Chefe da Revista Pró-Discente. Professor das Séries Iniciais e da Educação Infantil na Prefeitura Municipal da Serra. Graduado em Pedagogia pelo Instituto Educacional do Espírito Santo (2009). Pós-graduado em Educação infantil. Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória-ES, v. 26, n. 2, p. 7-10, jul./dez. 2020.